

Fiscal

Contrato de Trabalho a Título de Experiência

Por este instrumento particular, de um lado, BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.777.162/0001-57, situada no SCS Quadra 08, Venâncio Shopping, Bloco B-50, 8º andar, Salas 824 a 842 (pares), Brasília, DF, Brasil, CEP 70.333-900, doravante denominada EMPREGADORA e ADRIANO STEPHAN MONTEIRO BATISTA, portador(a) da Carteira Profissional de Nº 7334327 Série 07134/DF, residente e domiciliado(a) à BR 251 KM 37 CHACARA BOA ESPERANCA 04 04 37, doravante denominado(a) EMPREGADO(A), firmam o presente contrato individual de trabalho, a título de experiência, em conformidade com as disposições pertinentes constantes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e de acordo com as condições a seguir especificadas:

Cláusula 1ª - FUNÇÃO, LOCAL DE TRABALHO E EXCLUSIVIDADE

1.1. O(A) EMPREGADO(A) é contratado(a) a título de experiência pela EMPREGADORA para exercer as funções de PROGRAMADOR, mediante a remuneração mensal de R\$ 8.399,80 (oito mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

1.2. A presente contratação, apesar de ser para uma função específica, não importa na intransferibilidade do(a) EMPREGADO(A) para outro serviço ou função, para a qual demonstre igual ou melhor capacidade de adaptação, desde que compatível com a sua condição pessoal e atribuições.

1.3. Fica ajustado, nos termos do que dispõe o § 1º, do art. 469 da CLT, que o(a) EMPREGADO(A) acatará ordem emanada da EMPREGADORA para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer essa transferência seja transitória, quer seja definitiva.

1.4. O(A) EMPREGADO(A) declara ter tomado ciência e cumprido as políticas internas de integridade da EMPREGADORA, inclusive quanto à exclusividade/exercício de atividades paralelas, comprometendo-se a seguir essa regra.

1.5. A EMPREGADORA depositará o valor do salário, direitos e eventuais benefícios em conta bancária de titularidade do(a) EMPREGADO(A), realizados os descontos legais e outras deduções, como:

- a) As importâncias de que o EMPREGADO(A) for devedor(a), relativamente a empréstimos, adiantamentos, ou outros descontos devidamente autorizados ou previstos em Lei;
- b) O valor de eventuais prejuízos decorrentes de danos a que o(a) EMPREGADO(A) der causa por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ao patrimônio do(a) EMPREGADOR(A), incluído objetos materiais de qualquer natureza postos sob sua responsabilidade e não devolvidos em devido tempo ou devolvidos em condições diversas das que foram entregues (danificados);

Cláusula 2ª - HORÁRIO DE TRABALHO

2.1. O horário de trabalho será: De segunda-feira a sexta-feira das 09:00 às 18:00 com intervalo das 12:00 às 13:00, equivalendo a uma jornada semanal de 44,00 horas.

2.2. A eventual redução da jornada, por determinação da EMPREGADORA, não inovará este ajuste, permanecendo sempre íntegra a obrigação do(a) EMPREGADO(A) de cumprir o horário que lhe for determinado.

2.3. Obriga-se também o(a) EMPREGADO(A) a prestar serviços em horas extraordinárias, sempre que lhe que houver necessidade por parte da EMPREGADORA, na forma prevista em Lei, e, nessa hipótese, o(a) EMPREGADO(A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de regime de compensação ou banco de horas, com a consequente redução da jornada de trabalho em outro dia.

2.3. Aceita o(a) EMPREGADO(A), expressamente, a condição de prestar serviços em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia ou à noite, desde que sem simultaneidade, observadas as prescrições legais, reguladoras do assunto, inclusive quanto a eventual acréscimo de remuneração.

Cláusula 3ª - DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O presente contrato tem início a partir do dia 06/06/2022, sendo firmado pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período automaticamente, podendo ser rescindido por quaisquer das partes, independente de qualquer



aviso prévio ou indenização, garantido o pagamento das verbas rescisórias previstas em Lei.

3.2. Durante o prazo de experiência, as partes verificarão, reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem a um contrato de trabalho por prazo indeterminado. Se não houver manifestação das partes e continuando a prestação de serviço após o prazo estipulado no item 3.1 deste instrumento, este contrato estará que foi prorrogado por mais 45 dias e, após o período de experiência, não havendo denúncia, por escrito, de qualquer parte, passará a relação de trabalho a vigorar por prazo indeterminado.

Cláusula 4ª - RESCISÃO

4.1. Opera-se a rescisão do presente contrato pela decorrência do prazo previsto para o período de experiência ou por vontade de qualquer das partes, quando sem justa causa, ou com a imputação de justa causa, observada, em qualquer caso, a obrigação de quitação de direitos e obrigações, na forma prevista na legislação trabalhista.

4.2. Na rescisão do contrato de trabalho, sob qualquer modalidade, o(a) EMPREGADO(A) obriga-se a devolver o crachá de uso pessoal e os Cartões de Identificação do Plano de Saúde e do Plano Odontológico de seu grupo familiar, ao término do vínculo empregatício, sob pena de fazê-lo em juízo, com a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA 5ª - INTEGRIDADE

5.1. O EMPREGADO(A) declara que foi informado sobre a forma de acesso, no site da EMPREGADORA, ao Código de Ética e Conduta e políticas aderentes ao Programa de Integridade, tendo lhe sido também esclarecido sobre o cumprimento das normas internas, mantendo o compromisso de cumprir as diretrizes e regras de conduta estabelecidas, inclusive quanto às normas anticorrupção.

5.2. O(A) EMPREGADO(A) declara que não incorre em nenhuma situação que viole as regras de ética e conduta ou circunstância que possa gerar conflitos potenciais.


5.3. O(A) EMPREGADO(a) se compromete a cumprir as regras do Programa de Integridade da EMPREGADORA, tendo lhe sido realizado o esclarecimento sobre as políticas internas, inclusive quanto à aplicação de medidas disciplinares.

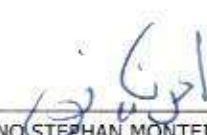
CLÁUSULA 6ª - PROTEÇÃO DE DADOS:

6.1. O(A) EMPREGADO(A) autoriza a EMPREGADORA a realizar o tratamento de seus dados pessoais e/ou pessoais sensíveis, tendo sido esclarecido sobre o tratamento desses dados e suas finalidades, assim como da possibilidade de revogação de consentimento, a qualquer tempo, na forma da legislação aplicável.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam o presente contrato de experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o(a) EMPREGADO(a).

BRASILIA-DF, 6 de Junho de 2022


BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A
Empregadora


ADRIANO STEPHAN MONTEIRO BATISTA
Empregado

Responsável legal (quando menor)

Testemunha

Testemunha

A Basis Tecnologia da Informação S.A., sediada em ST SCS QUADRA 8 BLOCO B - Lotes, 50/60 - Venâncio shopping-SALAS 824 a 842 (pares) - Asa Sul, Brasília, DF, CNPJ n.º 11.777.162/0001-57, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o(a) **Adriano Stephan Monteiro Batista** CPF: **733.432.771-34** e RG **2403152 SSP/DF** nos quais o FUNCIONÁRIO poderá ter acesso a informações sigilosas dos clientes da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação de cada cliente da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao contrato de trabalho em vigor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pelo FUNCIONÁRIO, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do contrato de trabalho celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE ou seus clientes.



Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre a CONTRANTE e seus clientes, aos quais este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas /comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, o FUNCIONÁRIO venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado.

Parágrafo Primeiro – Compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, ou fazer uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção



Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – O FUNCIONÁRIO se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O FUNCIONÁRIO obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE e seus clientes, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – O funcionário, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que o FUNCIONÁRIO teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do contrato de trabalho. Neste



ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do contrato de trabalho.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, o FUNCIONÁRIO manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades do FUNCIONÁRIO (e-mail, Skype, arquivos, computadores, rede, etc.);

II – O FUNCIONÁRIO deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente, todas as informações requeridas pelo CONTRATANTE.

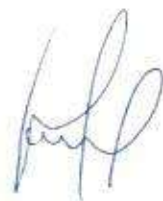
III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de



VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

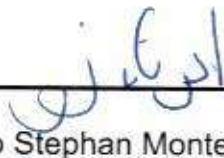
E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília-DF, 6 de Junho de 2022.



Miguel Negrelli

Diretor Presidente



Adriano Stephan Monteiro Batista

CPF: 733.432.771-34

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui orientado(a) de forma adequada sobre o tratamento de dados pessoais pela **BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.777.162/0001-57, situada no SCS Quadra 08, Venâncio Shopping, Bloco B-50, 8º andar, Salas 824 a 842 (pares), Brasília, DF, Brasil, CEP 70.333-900, denominada **CONTROLADORA**, e, de forma livre e consciente, **autorizo** realizar o tratamento dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis de que sou titular, nos termos das cláusulas e disposições previstas neste Termo:

Cláusula 1ª. Autorização

Na condição de titular dados pessoais e dados pessoais sensíveis, autorizo a BASIS a realizar o tratamento de dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Parágrafo Primeiro. Reconheço que a BASIS é a controladora, nos termos do art. 5º, inciso IV, da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), podendo nomear pessoa física ou jurídica, a qualquer tempo, para realizar, na condição de operador, o tratamento de dados pessoais, em nome da BASIS (controladora).

Parágrafo Segundo. A BASIS (controladora) manterá o seguinte canal de atendimento à LGPD, para tirar dúvidas e/ou realizar solicitações relacionadas ao tratamento dos dados pessoais: e-mail lgpd@basis.com.br.

Parágrafo Terceiro. Comunicações escritas poderão também ser encaminhadas à BASIS pelo(a) titular.

Cláusula 2ª. Dados pessoais que serão tratados pelo controlador

A BASIS, na posição de controladora, fica autorizada a tomar decisões, inclusive de forma automatizada, referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do(a) titular:

1. Nome completo, inclusive o nome social;
2. Número e imagem da carteira de identidade;
3. Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e imagem do comprovante;
4. Número e imagem da CTPS;
5. Número de Identificação de Segurança Social - NISS;
6. Número e imagem do Programa de Integração Social - PIS;
7. Número e imagem do Título de Eleitor;
8. Número e imagem do Certificado de Reservista, para pessoas do sexo masculino;
9. Número e imagem do cartão de vale transporte e do cartão alimentação, quando for o caso;
10. Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação - CNH;
11. Data de Nascimento/idade;
12. Gênero;
13. Deficiência física;
14. Tipo sanguíneo e fator Rh;
15. Nível de instrução ou de escolaridade;



16. Cargo/função;
17. Telefone;
18. E-mail
19. Informações de localidade (CEP, UF, cidade, bairro e endereço);
20. Fotografia e imagem;
21. Nome dos filhos, datas de nascimento e informações dos atestados de vacinação e inclusive imagem da certidão de nascimento;
22. Estado civil e outras situações conjugais;
23. Número de telefone, WhatsApp, e endereço de correio eletrônico (e-mail);
24. Filiação a sindicato;
25. Nome dos genitores;
26. Dados bancários, como banco, agência e número de contas correntes;
27. Nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços do controlador;
28. Comunicação mantida entre o(a) titular e o controlador;
29. Atestados médicos;
30. Término da relação jurídica (ex.: contrato) estabelecida com o(a) colaborador(a), abrangendo o motivo do desligamento.

Parágrafo Primeiro. O tratamento dos dados pessoais, listados no presente Termo, tem as seguintes finalidades específicas descritas no Anexo Único deste Termo de Consentimento.

Parágrafo Segundo. Os dados pessoais coletados serão armazenados pela BASIS (controladora), com as finalidades descritas no Anexo Único, observando as seguintes condições:

- a) Enquanto perdurar a relação mantida pelo(a) titular com a BASIS ou enquanto necessário para atender prazos legais ou regulatórios;
- b) Independente das disposições da letra "a", acima, desde que tornados anônimos;
- c) Até que o presente termo seja revogado pelo(a) titular.

Cláusula 3ª. Compartilhamento de dados

Os dados pessoais e dados pessoais sensíveis poderão ser compartilhados pela BASIS (controladora) com seus parceiros, fornecedores, prestadores de serviço e outros agentes de tratamento de dados, inclusive órgãos públicos ou entidades privadas, restringindo-se às funções e atividades por cada um desempenhadas e em aderência às finalidades e condições descritas neste Termo e no Anexo Único caso com observância, em qualquer caso, aos princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

Cláusula 4ª. Segurança de dados

A BASIS (controladora) se responsabiliza pela adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.



Parágrafo único. A BASIS comunicará ao(à) titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD (ou órgão equivalente), caso ocorra, eventual incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante.

Cláusula 7ª. Término do tratamento dos dados:

A BASIS (controladora) poderá manter e tratar os dados pessoais do(a) titular durante todo o período em que estes forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas no presente Termo, sendo que os dados pessoais anônimos ou transformados em anônimos, sem possibilidade de associação ao(à) titular, poderão ser mantidos por período indefinido.

Cláusula 8ª. Revogação do consentimento

O(A) titular poderá solicitar à BASIS (controladora), a qualquer momento, por meio do e-mail lgpd@basis.com.br, ou por correspondência, que sejam eliminados os dados pessoais que, por algum motivo, permitam a sua identificação.

Parágrafo Primeiro. O(A) titular fica ciente que a revogação do consentimento para o tratamento de dados pessoais, na forma prevista neste Termo, poderá prejudicar ou tornar inviável a sua relação com a BASIS, a depender da extensão do pedido realizado.

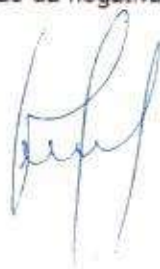
Parágrafo Segundo. O(a) titular fica ciente que a BASIS (controladora), mesmo no caso de revogação do consentimento, poderá permanecer utilizando os dados, além das finalidades excepcionadas neste termo, para atender aos interesses legítimos, da controladora ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do(a) titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Cláusula 9ª. Direitos do(a) titular

Além do direito de revogação do consentimento, previsto na cláusula anterior, o(a) titular tem direito a obter da BASIS (controladora), em relação aos dados tratados, a qualquer momento, e mediante requisição o seguinte:

- a) Confirmação da existência de operações de tratamento de dados pessoais;
- b) Acesso aos dados;
- c) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Solicitação de transformação de dados pessoais em anônimos, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação em vigor;
- e) Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- f) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do(a) titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709, de 2018, quais sejam:
 - 1. cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
 - 2. estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
 - 3. transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei;
 - 4. uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- g) Informação das entidades públicas e privadas com as quais a BASIS (controladora) realizou uso compartilhado de dados;
- h) Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as eventuais consequências da negativa.

Cláusula 10. Disposição final



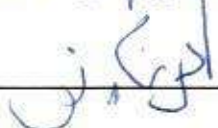
O(A) titular fica ciente que a BASIS (controladora) poderá tomar decisões automatizadas com base no tratamento de dados pessoais, garantido o direito à revisão/revogação do consentimento, pelo(a) titular, a qualquer tempo.

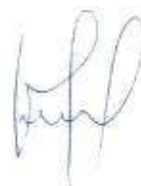
Na condição de titular de dados pessoais sensíveis, declaro ter lido e ter sido suficientemente informado(a) sobre o conteúdo deste Termo e concordo com o tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis descrito neste documento, em observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGDP (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) e às demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

Manifesto-me, ainda, de forma informada, livre, expressa e consciente, no sentido de autorizar a BASIS a realizar contato através dos seguintes canais: e-mail, ligação, SMS e aplicativo de comunicação (WhatsApp).

Brasília, 06/06/2022.

Nome: Adriano Stephan Monteiro Batista.

Assinatura: 



Anexo Único

Especificação e Tratamento de Dados Pessoais

Encontram-se abaixo a descrição das finalidades do tratamento de dados pessoais na BASIS. Os dados pessoais são tratados pela BASIS, no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados - LGDP (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), para:

1. Cumprir as obrigações contratuais, legais e regulatórias, em razão das atividades a que o(a) colaborador(a) estiver vinculado(a) na BASIS, mesmo após o seu término;
2. Fomentar a execução de programas, projetos e atividades da BASIS, inclusive no que se refere a novas soluções e serviços;
3. Oferecer produtos e serviços que sejam do interesse, como, por exemplo, oferta de cursos, capacitações e informações em geral da instituição, inclusive no que se refere à concessão de benefícios;
4. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
5. Realizar a comunicação oficial, por meio de quaisquer canais de comunicação (telefone, e-mail, SMS, WhatsApp etc.).

Entende-se por colaborador(a) toda pessoa física que mantiver relação jurídica de qualquer espécie com a BASIS, compreendendo, mas não se limitando, aos(as) empregados(as), estagiários(as), bolsistas, profissionais autônomos (autônomas), ocupantes de órgãos estatutários (como Diretores e Conselheiros) e voluntários, dentre outros.

Os dados coletados pela BASIS são os seguintes:

- Nome completo (inclusive nome social), número e imagem da carteira de identidade, número de inscrição no CPF, número e imagem da CTPS, Número de Identificação de Segurança Social - NISS, número e imagem do Programa de Integração Social - PIS, número e imagem do Título de Eleitor, número e imagem do Certificado de Reservista, número e imagem do cartão de vale transporte e do cartão alimentação: usamos esse dado para permitir a sua identificação do colaborador em nossa base de dados e em nossos canais de atendimento, como sistemas informatizados e e-mail institucional, assim como para cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): usamos essa informação quanto esse documento for necessário para o exercício da função contratada;
- Data de Nascimento/Idade: usamos esse dado para confirmação de sua identidade e para garantir a segurança institucional, de acordo com a legislação, assim como para informação a órgãos públicos ou entidades privadas, quando solicitado;
- Gênero: usamos esse dado para personalizar o seu contato e para, quando solicitado, atender requisições de informação de entidades públicas ou privadas;
- Deficiência física: usamos esse dado como referência para atender obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Tipo sanguíneo e fator Rh: usamos esses dados para informações junto a entidades públicas ou privadas, como operadora de plano de saúde, sempre que solicitado e para eventuais medidas de emergência;
- Nível de instrução ou de escolaridade: usamos esse dado para o cumprimento de obrigações trabalhistas e



previdenciárias. Para fins de comprovação poderá ser utilizado inclusive a imagem do diploma ou certificado, quando necessário;

- Cargo/função: usamos esse para obter informações sobre a situação trabalhista;
- Telefone: usamos esse dado para contato com o colaborador, observadas as disposições aplicáveis quanto a horário e interesse institucional;
- E-mail: usamos esse dado para comunicação de interesse institucional;
- Informações de localidade (CEP, UF, cidade, bairro e endereço): usamos esses dados para obter informações trabalhistas, como o pagamento de vale-transporte ou envio de comunicados oficiais, quando necessário;
- Fotografia e imagem: usamos esses dados para a identificação do(a) colaborador(a), inclusive na confecção de crachá de identificação funcional, quando necessário o uso, e para ações de endomarketing e ações internas;
- Nome dos filhos, datas de nascimento e informações dos atestados de vacinação e inclusive imagem da certidão de nascimento: usamos esses dados para o pagamento de benefícios trabalhistas e previdenciários, como, por exemplo, o pagamento do salário-família e a inclusão no plano de saúde, quando concedido houver;
- Estado civil e outras situações conjugais que possam ter reflexos nas relações de trabalho, como pagamento de pensão alimentícia e inclusão de dependente para fins previdenciários e inclusão/exclusão no plano de saúde, compreendendo o uso da imagem da certidão de casamento ou declaração de união estável, quando necessário;
- Número de telefone, WhatsApp, e endereço de correio eletrônico (e-mail): usamos esses dados para comunicação com o(a) colaborador(a), observada a legislação aplicável quanto à finalidade e horário;
- Filiação a sindicato: usamos essas informações para atendimento a solicitações de entidades públicas e privadas e, principalmente, realizar os descontos e repasses de valores autorizados pelo titular à entidade sindical, quando for o caso;
- Nome dos genitores: usamos esse dado para promover a identificação do(a) colaborador(a) e fornecimento, quando necessário, de informações pessoais a entidades públicas ou privadas;
- Dados bancários, como banco, agência e número de contas correntes: usamos esses dados para efetivar crédito de valores devidos ao(a) colaborador(a) ou para atender solicitações de informação a entidades públicas ou privadas;
- Nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços do controlador: para a identificação institucional do(a) colaborador(a) nos sistemas internos da BASIS, quando aplicável;
- Atestados médicos: usamos esses dados para manter admissão, comprovação da realização de exames periódicos de saúde e manter o histórico do colaborador junto à BASIS, assim como para o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Término da relação jurídica (ex.: contrato) estabelecida com o(a) colaborador(a), abrangendo o motivo do desligamento.



NORMA INTERNA No. 01/18

ASSUNTO: CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecido que:

1. O empregado somente poderá trabalhar em horário extraordinário em caráter eventual e por absoluta necessidade, seja para fazer face a motivo de força maior ou para atender à realização/conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto a empresa.
2. A execução de horas extras depende de aprovação prévia e autorização de pagamento posterior, com confirmação da execução dos trabalhos, do gestor da área onde se encontra locado a empregado
3. O requerimento de realização de hora extra antes do início/fim da jornada normal deverá conter justificativa da necessidade de realização das tarefas objetos da excepcionalidade, bem como o prazo estimado da duração do trabalho em regime de sobre jornada, sendo assinado pelo empregado, no início/fim das atividades pelo gestor.
4. A marcação do ponto deverá ocorrer sempre dentro dos horários estabelecidos para a jornada de trabalho. Sendo que, o registro de jornada extra somente com prévia autorização do superior imediato.
5. O descumprimento das normas previstas nos itens 1 – 2 – 3 – 4 acarretará aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação trabalhista.
6. As horas extraordinárias acumuladas serão contabilizadas em banco de horas para posterior compensação e/ou pagamento, nos termos da CCT vigente.
7. As horas negativas, relativas a faltas injustificadas e/ou atrasos, apuradas mensalmente, serão lançadas e descontadas em folha de pagamento.
8. Eu **Adriano Stephan Monteiro Batista**, declaro estar ciente do conteúdo da presente norma, comprometendo-me com seu fiel cumprimento nos termos da lei.


Antonio Miguel Negrelli
Diretor

Ciente: 15 / 09 / 2022
Assinatura: 